

SUMÁRIO



Prefeitura de Alcântara - MA

Monitor Escolar

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos	1
Textualidade: Coerência e coesão textuais	2
Linguagem verbal e não verbal	4
Sintaxe do período simples: termos essenciais da oração; Tipos de frase: frase verbal e frase nominal	6
Variação linguística.....	14
Semântica da frase: conotação, denotação, polissemia, sinonímia, antonímia	16
Classes de palavras: substantivo e adjetivo (flexão número), verbo (flexão de número e pessoa), advérbio e locução adverbial, preposição, pronomes: pronomes pessoais (não inclui colocação pronominal), pronomes possessivos, pronomes demonstrativos	22
Concordância verbal e nominal: regra geral.....	34
Tonicidade: sílaba tônica, acentuação das oxítonas e proparoxítonas	38
Ortografia: j/g; x/ch, s/z; s/ss/ç	40
Questões	42
Gabarito.....	54

MATEMÁTICA

Raciocínio Lógico – Quantitativo (Estruturas lógicas, Lógica de argumentação, Diagramas lógicos, Situações-problema).....	1
Sistema de Numeração Decimal	18
Números inteiros: operações, propriedades e problemas. Números racionais: operações, propriedades e problemas. Números Reais: operações e propriedades	20
Múltiplos e divisores	33
Máximo Divisor Comum e Mínimo Múltiplo Comum. Problemas	36
Números e grandezas proporcionais: razões e proporções.....	39
Divisão proporcional.....	41
Regra de três (simples e composta).....	44
Porcentagem	46
Juros simples.....	48

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Sistemas de Medidas decimais e não decimais.....	50
Cálculo Algébrico: Expressões Algébricas, Operações, Fatoração	54
Frações Algébricas	58
Equações e Inequações do 1º do 2º Grau	61
Sistemas de Equações do 1º Grau	69
Geometria Euclidiana Plana: Conceitos primitivos. Ângulos. Triângulos. Quadriláteros, Polígonos e Circunferência. Teorema de Tales. Semelhança de triângulos. Relações métricas no triângulo retângulo. Áreas de figuras planas poligonais e circulares	72
Geometria Espacial: Cálculo de Superfície e volume dos principais Sólidos Geométricos	95
Noções de Estatística: Médias, Distribuição de Frequências e Gráficos	102
Questões	118
Gabarito.....	126

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990): Artigos 1º ao 18º; e 53º ao 59º (direitos à educação)	190
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI: Resolução CNE/ CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009: Artigos 3º a 10º	7
Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Educação Infantil).....	10
BRASIL. Plano Nacional de Educação – PNE: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014: Meta 1 e estratégias correspondentes	20
Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil: Vol. 1 e 2.....	21
Brinquedos e Brincadeiras na Educação Infantil.....	22
Educação Infantil: Sistemática de Avaliação	24
Segurança e primeiros socorros na escola	31
Educação inclusiva e diversidade	56
Parceria escola-família e comunicação afetiva	59
Rotina, alimentação e higiene como experiências pedagógicas.....	69
Questões	79
Gabarito.....	86

SUMÁRIO

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE ALCÂNTARA — MA

Enciclopédia dos municípios brasileiros, de autoria do Instituto de Geografia e Conselho Nacional de Estatística. Volume 15. Municípios do Estado do Maranhão e do Piauí ...	1
Enciclopédia dos municípios maranhenses - Volume 01 - Microrregião do Litoral Ocidental Maranhense	4

SUMÁRIO



Compreender um texto nada mais é do que analisar e decodificar o que de fato está escrito, seja das frases ou de ideias presentes. Além disso, interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade.

A compreensão básica do texto permite o entendimento de todo e qualquer texto ou discurso, com base na ideia transmitida pelo conteúdo. Ademais, compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

A interpretação de texto envolve explorar várias facetas, desde a compreensão básica do que está escrito até as análises mais profundas sobre significados, intenções e contextos culturais. No entanto, quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

► Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se extrair os tópicos frasais presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na compreensão do conteúdo exposto, uma vez que é ali que se estabelecem as relações hierárquicas do pensamento defendido, seja retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se atentar às ideias do autor, o que não implica em ficar preso à superfície do texto, mas é fundamental que não se criem suposições vagas e inespecíficas.

► Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. Ademais, a leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente.

Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os tópicos frasais presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido; retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas.

Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

► Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto envolve realizar uma análise objetiva do seu conteúdo para verificar o que está explicitamente escrito nele. Por outro lado, a interpretação vai além, relacionando as ideias do texto com a realidade. Nesse processo, o leitor extrai conclusões subjetivas a partir da leitura.



LÓGICA PROPOSICIONAL

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

► Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- Verdadeiro (V), caso a proposição seja verdadeira.
- Falso (F), caso a proposição seja falsa.

Esse fato faz com que cada proposição seja considerada uma declaração monovalente, pois admite apenas um valor lógico: verdadeiro ou falso.

► Axiomas fundamentais

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$.

Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

- **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

- **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”

Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

► Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- **Frases interrogativas:** “Quando será a prova?”
- **Frases exclamativas:** “Que maravilhoso!”
- **Frases imperativas:** “Desligue a televisão.”
- **Frases sem sentido lógico:** “Esta frase é falsa.”

Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- **Sentença fechada e verdadeira:** “ $2 + 2 = 4$ ”
- **Sentença fechada e falsa:** “O Brasil é uma ilha”



LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

§1º A garantia de prioridade compreende: (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

§ 2º Compete aos pais, além de zelar pelos direitos de que trata o art. 3º desta Lei, prestar aos filhos assistência afetiva, por meio de convívio ou de visita periódica, que permita o acompanhamento da formação psicológica, moral e social da pessoa em desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

§ 3º Para efeitos desta Lei, considera-se assistência afetiva: (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

I – orientação quanto às principais escolhas e oportunidades profissionais, educacionais e culturais; (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

II – solidariedade e apoio nos momentos de intenso sofrimento ou de dificuldade; (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

III – presença física espontaneamente solicitada pela criança ou adolescente quando possível de ser atendida. (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

**IMPULSO ECONÔMICO DO BRASIL NO PÓS-GUERRAS E O DESAMPARO DO MEIO-NORTE****► Industrialização, excedentes de guerra e desigualdades regionais**

A economia do Brasil vem recebendo forte impulso, sobretudo, após as duas guerras mundiais. A teoria da necessidade pode ser evocada para explicar esses avanços acelerados no rumo do progresso. As dificuldades de importação, no tempo dos bloqueios marítimos, geraram o estímulo indispensável ao abastecimento do nosso mercado interno. Com o término do último conflito, o Brasil soube aproveitar os excedentes de guerra, que representavam para os Estados Unidos um sério problema.

O esforço industrial destinado ao consumo bélico formou, na América do Norte, um parque de meios de produção que ultrapassava de muito a capacidade de absorção do consumo em tempos de paz. Esse impasse levou aquela grande nação a buscar, de qualquer modo, livrar-se da produção utilizada na guerra, para manter um mercado relativo, após a desmobilização, para os produtos novos; pois, ainda que se reduzisse o ritmo de trabalho, ele continuava superior à capacidade de absorção dos mercados empobrecidos pelo conflito. E os Estados Unidos nos ofereceram, a qualquer preço, enorme volume de bens que facilitaram o desenvolvimento de nossas atividades. Como exemplo, citaríamos a nossa rede de transporte aeroviário, que teve papel decisivo na penetração do interior, com o lançamento dos famosos Douglas em todas as direções, aeronaves essas adquiridas como excedentes de guerra, por valores que chegaram a trezentos mil cruzeiros a unidade.

Do mesmo modo, no transporte terrestre, a difusão do uso dos “Jeeps” e dos caminhões decorreu do mesmo fator. A princípio, esses transportes se faziam, no Meio-Norte, por estradas improvisadas, praticamente abertas nas chapadas pelo próprio veículo. Assim se foi formando uma rede rodoviária que hoje já se encontra em condições razoáveis de tráfego e estendida por grande parte da região.

Mas a guerra favoreceu mais os Estados sulinos que, estando em grau de evolução industrial bem mais adiantado, puderam expandir-se com maior amplitude para atender às necessidades do país.

O governo, mobilizando seus esforços para suprir a falta de utilidades que o bloqueio dificultava importar, direcionava-os preferencialmente para onde os resultados fossem mais imediatos.

Terminada a guerra, ainda persistiu a tese de auxiliar com maior vigor os Estados mais desenvolvidos.

E tem sido uma das razões do desamparo em que se encontra o Meio-Norte essa tese, ainda hoje defendida no meio financeiro nacional, de que “se deve desenvolver o desenvolvido”. E, assim, Piauí e Maranhão continuam sendo os dois Estados mais pobres do país, cada vez mais distanciados economicamente daqueles que lideram o nosso progresso material.

Essa política, vista pelo prisma contábil, pode ter justificativa; porém, uma Nação não é uma empresa comercial cuja força se mede pelos valores dos saldos de balanço. A Nação cresce com a elevação do nível econômico do seu povo. O baixo nível em que se encontra a população do Meio-Norte deve ser motivo de alarme nacional e, por consequência, os estadistas têm a obrigação de voltar as vistas para aquela região, encaminhando o seu amparo para lá. Não devemos esquecer que o baixo consumo das populações do Norte enfraquece o nosso mercado interno.

E os Estados do Piauí e do Maranhão têm sido, através da história, a região pouco atendida pelo Poder Central do país. Salvo na ocasião da invasão dos franceses no Maranhão, ou no período épico das “balaçadas” do Vale do Parnaíba, pouco se cuidou de uma região com tantas e tão notáveis perspectivas para o seu desenvolvimento.

E tão grandes possibilidades possui o Meio-Norte que, mesmo quase desprovido de amparo, só em razão do pouco que já se fez, o Piauí, no intervalo dos censos de 1940 e 1950, teve um crescimento da produção agrícola, de gêneros essenciais à vida, duas vezes e meia maior que o obtido no sul do país, e praticamente